



LIRA MANOBRA, MUDA REGRAS, E CÂMARA APROVA EM 1º TURNO PEC DO CALOTE



Com receio de que, por falta de quorum e de votos a favor, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 23/21, dos Precatórios, também chamada de PEC do Calote, não fosse votada nesta quarta-feira (3), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), manobrou mudando o regimento para autorizar a votação a distância e colocou a medida na pauta no início da noite. A pressão também veio do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) que ameaçou cortar emendas impositivas de quem não apoiasse a PEC, apesar do pagamento dessas emendas ser obrigatório.

O texto obteve 312 votos contra 144 no primeiro turno da votação. PECs precisam ser aprovadas em dois turnos na Câmara por pelo menos 308 votos e mais duas votações no Senado para ser aprovadas.

O texto-base do relator Hugo Motta (Republicanos-PB) limita o valor de despesas anuais com precatórios, corrige seus valores exclusivamente pela Taxa Selic e muda a forma de calcular o teto de gastos. A PEC viabiliza o lançamento do programa Auxílio Brasil de R\$ 400, com o qual o governo Bolsonaro pretende substituir o Bolsa Família. No entanto, o Auxílio Brasil (que acabou com o Bolsa Família) já tem um prazo determinado para seu término: final do ano de 2022 - o que torna clara a intenção meramente

eleitoreira do projeto, para angariar votos no período das eleições presidenciais de 2022.

Precatórios são dívidas da União que a Justiça manda pagar a aposentados, pensionistas, servidores e entes públicos que entraram com ações para questionar valores de pagamentos de benefícios, salários ou de repasses de recursos.

O calote de pelo menos R\$ 16 bilhões do total de R\$ 89,1 bilhões em precatórios que o governo federal quer dar em 2022 são, por exemplo, de dívidas da União com os Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Amazonas relacionadas ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), substituído pelo Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb) e atinge professores e professoras.

Matéria completa no site da CUT Brasil

É AMANHÃ!



O Sindicato dos Trabalhadores em Correios, Telégrafos e Similares do Estado do Ceará (SINTECT-CE) vai realizar, nesta sexta-feira, 5, uma live sobre os prejuízos e retrocessos causados caso seja aprovada a PEC 32. Nosso coordenador geral, Roberto Luque, irá participar do programa juntamente com a advogada e servidora pública estadual, Célia Santiago, e com a coordenadora geral do Sintect-CE, Lurdinha Félix.

A live terá início às 12h e poderá ser acessada pela página do facebook da entidade (facebook.com/sintectce).



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
 Coordenação: Afonso Barbosa e Lucy Mary Matos
 Jornalistas: Camila Garcia (3357 CE) e Letícia Alves